

IJSN quer debater PDU de Vitória com Wallace Borges

AD 23021

O Instituto Jones dos Santos Neves deverá propor, ainda nesta semana, uma reunião com o prefeito Wallace Borges para discutir a retirada do projeto 046/81 — que criava o Plano Diretor Urbano de Vitória — da Câmara Municipal de Vitória. Extraoficialmente, os técnicos do Instituto se mostram céticos quanto à possibilidade do projeto ser aprovado este ano devido às questões políticas em andamento e especialmente porque a aprovação não interessa a um grupo de vereadores em vista das ligações que eles têm com empresários do ramo imobiliário e também porque com a implantação do PDU, as obras perderão seu caráter eleitoral, ficando mais voltadas para a comunidade como um todo.

O órgão aguarda apenas que "seja assentada a poeira" da transferência do cargo de prefeito e que o novo administrador tenha conhecimento de toda a situação municipalidade para solicitar a reunião, onde pretende mostrar a importância e necessidade de um plano diretor para a cidade antes que ela se torne inviável. Mas, tudo indica que esse encontro entre o novo prefeito e o Instituto Jones dos Santos Neves vá demorar, pois, em seu primeiro comentário sobre o PDU, Wallace Borges explicou que pretende estudá-lo primeiro. E ao informar que pretende prestigiar a Câmara de Vereadores, deu a entender que, como os vereadores não aceitam o projeto, é pouco provável que ele seja novamente enviado ao Legislativo.

OPINIÕES

Entre as entidades ligadas diretamente ao PDU, as opiniões são quase idênticas. João Luiz Tovar, por exemplo, considera o Plano Diretor como uma necessidade para Vitória, depois de explicar que como empresário e membro da comissão que reavaliou o projeto do IJSN achava importante que ele fosse aprovado pela Câmara Municipal. Disse, inclusive, que pretendia até mesmo a demora e protelamento dos vereadores em discutir o projeto até que ele foi retirado pelo prefeito. Mas era um documento complexo e complicado, com muitos detalhes técnicos, especialmente na questão do zoneamento. Só que para ele, a situação da cidade não

vai se agravar com a demora na existência de uma lei que ordene o seu crescimento.

João Luiz, que além de empresário da construção civil é também presidente do Sindicato da Indústria de Construção Civil apesar de membro da comissão encarregada da reformulação do PDU não concorda com a questão do tombamento de prédios, pois, no seu entender, iria criar problemas para os proprietários — que ficariam impedidos até mesmo de pintar os imóveis. Ele concordava com as emendas propostas pelos vereadores, especialmente no tocante à suspensão dos artigos referentes ao tombamento de imóveis.

Para o Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção do Espírito Santo, a retirada do PDU pelo ex-prefeito Carlito von Schilgen foi um golpe. De acordo com um documento divulgado pelo presidente da seção ES do IAB, "o município de Vitória, na qualidade de capital do Estado e principal cidade do aglomerado urbano da Grande Vitória, tem necessidade de desenvolver suas funções urbanas com a eficiência que seu nível de importância exige. Essa eficiência vem sendo prejudicada por problemas que são do conhecimento de todos e, mais do que isso, toda a comunidade vem sentindo a gradual perda da qualidade da vida urbana, que poderá vir a piorar se medidas não forem tomadas no sentido de redirecionar esse crescimento desordenado".

Diz ainda o documento do IAB-ES: "O estudo sistemático desses problemas, a proposição de encaminhamentos a longo prazo para a sua correção e redirecionamento, através dos elementos normativos de parcelamento do solo urbano, uso do solo, modelos de assentamento, sistema viário, equipamentos urbanos e preservação do patrimônio natural e histórico, os quais constituem o Plano Diretor Urbano que é instrumentalizado através da legislação urbanística — são elementos fundamentais para o poder público municipal agir para controlar a configuração da cidade e a melhoria das condições de vida da população."

O IAB-ES considera de suma importância que a cidade tenha, dentro do menor espaço de tempo possível, uma lei reguladora de seu crescimento. E opina: "O IAB-ES reitera a necessidade de um

plano que forneça as diretrizes orientadoras às ações da administração no atendimento das necessidades básicas dos cidadãos, além de permitir a discussão dos problemas que afetam a cidade. Cremos, por isso, que um instrumento de tal importância não pode receber por parte dos responsáveis um tratamento casuístico voltado para interesses individuais ou de grupos dominantes para conjunturas político-eleitorais principalmente por aqueles aos quais cabe a responsabilidade de representar a população".

Finalizando, diz o documento: Os arquitetos capixabas, através de sua entidade representativa, o IAB-ES, vêm manifestar sua desaprovção ao tratamento dado ao encaminhamento do PDU de Vitória, ao ser pela segunda vez retirado do processo de aprovação na Câmara Municipal, conclamando todos os segmentos da sociedade civil a mobilizar-se no sentido de exigir o seu imediato encaminhamento e aprovação". O apelo do IAB-ES já encontrou um eco: a Comissão Pró-Saneamento de Vitória, que volta a reunir-se na última semana de maio para discutir a retirada do Plano Diretor e, principalmente, a posição dos vereadores de Vitória — que se recusaram a tomar conhecimento de um documento elaborado em nome de 21 bairros pedindo aprovação do projeto e a inclusão de um representante de cada bairro no Conselho Municipal do PDU.

Uma nota de repúdio deverá ser divulgada e os membros da comissão pretendem, inclusive, divulgar junto aos bairros a posição dos 16 componentes da Câmara Municipal de Vitória que não concordam com o pensamento da Comissão Pró-Saneamento — que desenvolve um trabalho tentando conseguir para os bairros mais pobres e da periferia da cidade benefícios urbanísticos e sanitários. E conforme um dos seus membros, João Luiz, foi cansada da atuação negativa dos vereadores — "que se dizem representantes do povo mas não comparecem onde os maiores problemas existem" — que a Comissão de Pró-Saneamento resolveu sugerir a inclusão de um representante de cada bairro no Conselho do PDU como forma de tentar resolver, sem a exploração política, os

mais graves problemas da população de baixa renda. Mas pouco conseguiu.

ESTRANHOS

Mas, a Câmara de Vitória não ganhou apenas críticas, e a retirada do Plano Diretor Urbano teve um defensor. O empresário da construção civil, ex-presidente do sindicato da classe e ex-prefeito de Vitória Chrisógono Teixeira da Cruz. Para ele, Carlito von Schilgen agiu muito bem ao retirar o Plano Diretor Urbano da Câmara Municipal de Vitória. Para Chrisógono, o principal defeito do PDU é ter sido elaborado por técnicos de fora. Ele acha que existem elementos capacitados na cidade para elaborar um documento de acordo com as necessidades dela, e não copiando-se documentos de outros centros. E diz ainda que o PDU foi montado, praticamente, em três pontos básicos: o Conselho Municipal, o tombamento de prédios e o uso do solo. E a Câmara não aceitava pelo menos dois desses, além de pretender alterações sobre o terceiro ponto, que é o uso do solo.

Chrisógono Cruz, que vez questão de ressaltar estar falando apenas como empresário, entende que se o PDU fosse aprovado com as alterações pretendidas pela Câmara Municipal pouco restaria do plano inicial elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves, pois, devido às emendas, sofreria muitas modificações — transformando-se a idéia inicial com relação à cidade numa colcha de retalhos. Ele, no entanto, destacou que "Vitória está necessitando de uma legislação a respeito do uso do solo e que oriente seu crescimento, pois a última lei existente a esse respeito — o Código de Obras — data de 1954, com várias alterações".

Salientou o empresário: "Está na hora de se pensar em termos mais sérios com relação ao crescimento da cidade. Mas, isso tem que ser feito com bases mais sólidas, com mais solidez. Por quem conhece os problemas da própria terra". O engenheiro acredita ser desnecessária a participação de técnicos de fora, pois a Prefeitura de Vitória tem pessoal especializado, com técnica atualizada, para traçar um bom plano diretor para a cidade, apesar de terem sido exatamente estes

técnicos, junto com representantes da construção civil, os autores do documento que depois de mais de um ano de estudos e totalmente reformulado foi novamente enviado para a Câmara Municipal de Vitória para aprovação.

Mas, desde o início ninguém do Legislativo pretendia mesmo aprová-lo. Tanto que chegaram a trocar o documento enviado pelo prefeito para evitar qualquer possibilidade do documento, se aprovado, ter alguma validade. Em alguns setores comenta-se que alguns vereadores receberiam incentivos de vários setores da cidade para que protelassem ao máximo a discussão do PDU e até mesmo impedissem a sua tramitação. Na Câmara ninguém comenta ou admite essa situação, mas o tratamento dado ao projeto 046/81 deixou mais do que patente essa situação.

Para os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves, essa celeuma desenvolvida em torno do PDU já reforça os argumentos utilizados pelo organismo para destacar a sua importância e necessidade para a capital do Estado. Um dos mentores do documento, Fernando Betarello, explica que "o Plano Diretor Urbano tem por finalidade estabelecer os objetivos específicos, as diretrizes para a sua consecução, e a promoção e ordenação programada para desenvolvimento urbano do município em tudo quando se refira à estruturação básica do espaço físico e aos seus usos respectivos, nos seus aspectos qualitativo e quantitativo, sob a forma de tipos de ocupação e índices urbanísticos, respectivamente, sempre compatibilizados com as condições sócio-econômicas locais e regionais".

"Portanto" — explica ainda Betarello — "as variáveis explicitadas pelo conjunto de leis e diretrizes são mobilizadas no sentido de consolidar determinados objetivos da política urbana e responder determinados pressupostos. Os objetivos e pressupostos são referenciais, tanto para a elaboração do trabalho quando para sua avaliação no sentido de verificar se as propostas correspondem ou não à expectativa inicial. No caso dos estudos do solo do município de Vitória, o pressuposto básico foi entender a organização existente, e elaborar propostas de ocupação do solo que tivesse como resultado a indução

para a consolidação da estruturação desejável para a aglomeração urbana".

De acordo ainda com o técnico do IJSN, "tanto o nível das proposições, englobando aspectos normativos, quanto o nível da análise dos impactos dessas proposições sobre a estrutura urbana, e mesmo o aprofundamento do conhecimento desses fenômenos, justificam-se à medida que se consideram alguns pontos críticos existentes no processo de planejamento. O primeiro se refere à antevisão do futuro que é especialmente aleatória, pois as inúmeras variáveis que jogam a dinâmica de um aglomerado humano em expansão tecem complexa teia em estado de mudança permanente. Daí que o plano, para ser factível, deve ser entendido como um ponto de partida para a ação de ajustamento da realidade urbana ao desejado e referência para as revisões que levem à concepção mais adequada em face de futuros desenvolvimentos".

Mas os vereadores não chegaram a considerar o PDU como ponto de partida. Fecharam-se contra o conselho e nem mesmo procuram aprofundar conhecimentos em torno da matéria que foi encaminhada para apreciação, possivelmente temendo se perderem ainda mais no emaranhado técnico do projeto ou até mesmo no linguajar oficial usado pelos "técnicos do IJSN — que devem ter contribuído para confundir ainda mais o raciocínio de quem só está acostumado a elaborar projetos de nomes de ruas ou discutir apenas sob o ponto de vista emocional os projetos que o prefeito envia e que acabam, invariavelmente, aprovados.

Um dos pontos críticos levantados com relação à cidade pelo IJSN, ao justificar o PDU, foi com referência à prática do planejamento urbano e às fórmulas para se enfrentar o fenômeno do crescimento da aglomeração urbana. Betarello, por exemplo, entende que o PDU serviria para orientar a intervenção "no sentido de eliminar distorções e situações indesejáveis, paralelamente a um processo de conhecimento cada vez mais aprofundado dos mecanismos desta aglomeração e, em particular, do município de Vitória e da linguagem da qual a população expressa os desejos e anseios".

IJSN quer debater PDU de Vitória com Wallace Borges - A Gazeta, Vitória, 18 maio 1982, p. 6. 1. cad. C. 1, 2, 3, 4, 5 e